

Relato de Experiência

Acessibilidade à Informação e à Fruição Cultural na Exposição Itinerante Patrimônios de Pernambuco

Kézia de Lira Feitosa¹ 

André Luiz Rocha Cardoso² 

Antônio de Souza Silva Junior³ 

Diego Andres Salcedo⁴ 

Resumo: O relato de experiência tem por objetivo apresentar os recursos de acessibilidade à informação e à fruição cultural empregados na Exposição Itinerante Patrimônios de Pernambuco, difundida pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. A pesquisa, de caráter exploratório, utilizou análise documental e observação direta da exposição, com foco nos dispositivos de acessibilidade física, comunicacional e informacional. Os resultados demonstram a adoção de recursos como Libras, audiodescrição, braille, legendas e mediação inclusiva, promovendo a participação de pessoas com deficiência nas ações de educação patrimonial. Conclui-se que a exposição representa um avanço na democratização do acesso à cultura no estado, reafirmando o papel da acessibilidade como fundamento para o exercício da cidadania cultural e valorização da diversidade.

Palavras-chave: educação patrimonial; acessibilidade à informação; Fundarpe; patrimônio cultural.

Accessibility to information and cultural enjoyment at the Traveling Exhibition Heritage of Pernambuco

Abstract: This experience report aims to present the resources for accessibility to information and cultural enjoyment employed in the Traveling Exhibition "Heritage of Pernambuco," disseminated by the Pernambuco Historical and Artistic Heritage Foundation. The exploratory research used document analysis and direct observation of the exhibition, focusing on physical, communicational, and informational accessibility devices. The results demonstrate the adoption of resources such as Libras (Brazilian Sign Language), audio description, Braille, subtitles, and inclusive mediation, promoting the participation of people with disabilities in heritage education activities. It is concluded that the

¹ Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE), Recife, PE, Brasil. E-mail: kezia.lira@ufpe.br.

² Doutorando e Mestre em História Social da Cultural Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (PGH/ UFRPE), Departamento de História, Recife, PE, Brasil. E-mail: andrecardoso.hist@gmail.com.

³ Professor Doutor em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Professor vinculado ao Departamento de Ciência da Informação e ao Programa de Pós-Graduação da UFPE. Recife, PE, Brasil. E-mail: silvajunior.as@ufpe.br

⁴ Professor Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Professor vinculado ao Departamento de Ciência da Informação e ao Programa de Pós-Graduação da UFPE, Coordenador do DasLab, E-mail: diego.salcedo@ufpe.br.

exhibition represents an advance in the democratization of access to culture in the state, reaffirming the role of accessibility as a foundation for the exercise of cultural citizenship and the appreciation of diversity.

Keywords: heritage education; accessibility to information; Fundarpe; cultural heritage.

Acceso a la información y disfrute cultural en la Exposición Itinerante Patrimonio de Pernambuco

Resumen: Este informe de experiencia tiene como objetivo presentar los recursos de accesibilidad a la información y al disfrute cultural empleados en la Exposición Itinerante «Patrimonio de Pernambuco», difundida por la Fundación del Patrimonio Histórico y Artístico de Pernambuco. La investigación exploratoria utilizó el análisis documental y la observación directa de la exposición, centrándose en los dispositivos de accesibilidad física, comunicativa e informativa. Los resultados demuestran la adopción de recursos como Libras (Lengua de Señas Brasileña), audiodescripción, Braille, subtítulos y mediación inclusiva, lo que promueve la participación de las personas con discapacidad en las actividades de educación patrimonial. Se concluye que la exposición representa un avance en la democratización del acceso a la cultura en el estado, reafirmando el papel de la accesibilidad como base para el ejercicio de la ciudadanía cultural y la valoración de la diversidad.

Palabras-clave: educación patrimonial; accesibilidad a la información; Fundación; patrimonio cultural.

Como citar este artigo: FEITOSA, Kézia de Lira; CARDOSO, André Luiz Rocha; SILVA JUNIOR, Antônio de Souza; SALCEDO, Diego Andres. Acessibilidade à informação e à fruição cultural na Exposição Itinerante Patrimônios de Pernambuco. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, p. 2-21, 2026. DOI: 10.35699/2237-6658.2026.62692.

1 Introdução

O Projeto *Patrimônios de Pernambuco* constitui uma iniciativa itinerante de educação patrimonial e difusão cultural promovida pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). A proposta é constituída por duas ações principais: a exposição intitulada *Patrimônios de Pernambuco* e a formação *Metodologias participativas de identificação, estudos e difusão de referências culturais*. Tem como finalidade ampliar o alcance das estratégias de identificação e proteção das referências culturais, promovendo a interiorização das políticas de preservação no estado de Pernambuco (Cultura.PE, 2025, on-line).

A exposição, concebida a partir da publicação digital *Patrimônios de Pernambuco: Materiais e Imateriais*⁵, possui caráter educativo e busca divulgar a diversidade dos bens culturais já reconhecidos oficialmente dentro do território pernambucano. Além disso, pretende incentivar ações voltadas à preservação e salvaguarda de outros bens culturais ainda não identificados ou formalmente reconhecidos. Visando o êxito de tais ações culturais, faz-se necessária a proposição de estratégias de inclusão e acessibilidade, pois disso depende o

⁵ Disponível em: <https://online.fliphtml5.com/rabfh/vxmp/>.

alcance e o engajamento de públicos diversos, dentre eles, o das pessoas com deficiência (PcD). Nesse sentido, a acessibilidade deve ser compreendida como condição fundamental para que todas as pessoas possam usufruir, com autonomia e igualdade de oportunidades, dos bens e serviços disponibilizados à coletividade, incluindo os espaços culturais e educativos (Sasaki, 2009).

Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo é apresentar os recursos de acessibilidade à informação e à fruição cultural empregados na Exposição Itinerante Patrimônios de Pernambuco, difundida pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.

Este artigo também se insere em uma trajetória de pesquisa mais ampla vinculada ao projeto de doutorado em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI-UFPE), cuja investigação central aborda as práticas gerenciais e os fluxos informacionais no âmbito da preservação do patrimônio cultural no estado.

Ao explorar os recursos de acessibilidade à informação e à fruição cultural na Exposição Itinerante *Patrimônios de Pernambuco*, observa-se uma intersecção relevante entre os campos da memória, da gestão documental e da mediação cultural, aspectos que dialogam diretamente com as questões informacionais, simbólicas e operacionais discutidas na pesquisa doutoral. Essa convergência evidencia a importância de compreender como estratégias de comunicação inclusiva e acessível podem fortalecer a efetividade das ações de educação patrimonial e ampliar a democratização do acesso aos bens culturais.

2 Percorso metodológico

A presente pesquisa possui caráter exploratório (Gonsalves, 2003), voltado à compreensão das estratégias de acessibilidade à informação e à fruição cultural adotadas na Exposição Itinerante *Patrimônios de Pernambuco*. Para tanto, foram empregados três procedimentos metodológicos principais: pesquisa bibliográfica, análise documental e observação direta da exposição (Santos, 1999).

A pesquisa bibliográfica foi realizada com o objetivo de fundamentar teoricamente as discussões sobre acessibilidade da informação, inclusão cultural e educação patrimonial. Foram consultados livros, artigos científicos e documentos institucionais que abordam a temática da acessibilidade e das políticas de preservação do patrimônio cultural, com destaque para autores da área da inclusão e para publicações institucionais relacionadas às práticas de educação patrimonial no Brasil.

Paralelamente, realizou-se análise documental de materiais institucionais produzidos pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), incluindo publicações digitais, relatórios institucionais, materiais expositivos e conteúdos audiovisuais vinculados ao Projeto *Patrimônios de Pernambuco*. Essa etapa permitiu compreender a estrutura do projeto, seus objetivos educativos e as estratégias adotadas para ampliar o acesso do público às informações sobre o patrimônio cultural pernambucano.

A etapa empírica da pesquisa ocorreu por meio de observação direta da exposição, com foco na identificação e descrição dos dispositivos de acessibilidade física, comunicacional e informacional disponibilizados aos visitantes. Foram analisados os painéis expositivos, os recursos interativos, os materiais complementares e os conteúdos audiovisuais, considerando-se especialmente os mecanismos voltados à inclusão de PcD.

No que se refere à produção dos vídeos de audiodescrição utilizados na exposição, a escolha dos conteúdos a serem audiodescritos considerou os painéis principais que estruturam a narrativa expositiva, de modo a garantir que pessoas com deficiência visual pudessem acessar as informações essenciais da mostra. Assim, foram selecionados os cinco painéis temáticos que apresentam os conteúdos centrais da exposição. A audiodescrição foi realizada no estúdio de gravação da TV Pernambuco, localizada na Av. Conde da Boa Vista, 1424, Boa Vista, Recife - PE.

A produção dos vídeos envolveu a elaboração prévia de roteiros de audiodescrição, nos quais foram descritos os elementos visuais presentes nos painéis, incluindo imagens, organização gráfica e informações textuais. Esses roteiros foram desenvolvidos com o objetivo de assegurar clareza, objetividade e fidelidade às informações apresentadas no material expositivo, respeitando os princípios da audiodescrição como recurso de acessibilidade comunicacional.

Após a elaboração dos roteiros, os conteúdos foram gravados e posteriormente editados para publicação em ambiente digital, sendo disponibilizados na plataforma *YouTube* por meio do canal institucional da Secretaria de Cultura de Pernambuco e da Fundarpe. Os vídeos passaram por etapas de gravação, edição e finalização audiovisual, possibilitando sua integração aos recursos de mediação da exposição por meio de QR Codes distribuídos nos painéis expositivos.

A articulação entre pesquisa bibliográfica, análise documental e observação direta permitiu reunir informações sobre a concepção e a aplicação dos recursos de acessibilidade presentes na exposição, possibilitando analisar de que maneira essas estratégias contribuem

para ampliar o acesso à informação e à fruição cultural no contexto das ações de educação patrimonial.

3 Acessibilidade da informação enquanto direito fundamental

A acessibilidade da informação constitui um pilar essencial para a efetivação dos direitos culturais e educacionais, sobretudo quando se busca ampliar o acesso ao patrimônio cultural. No contexto da educação patrimonial, garantir que todos os públicos, inclusive aqueles com deficiência, mobilidade reduzida e outras especificidades possam acessar, compreender e fruir das informações sobre os bens culturais é uma exigência não apenas ética, mas legal.

O direito à informação e à educação, fundamentos da acessibilidade cultural, encontra respaldo em marcos normativos internacionais e constitucionais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948, pressupõe o acesso à informação para o exercício pleno da cidadania e, no artigo 26, reconhece que “a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais” (ONU, 1948), assegurando que todos tenham acesso igualitário à formação cultural e educativa. No plano nacional, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 5º, inciso XIV, garante a todos o “acesso à informação”, o que inclui a obrigação do Estado de assegurar que esse acesso ocorra de maneira ampla, equitativa e acessível a todas as pessoas, inclusive àquelas com deficiência ou mobilidade reduzida (Brasil, 1988).

A legislação brasileira consolidou um conjunto de dispositivos normativos que asseguram a acessibilidade da informação como parte integrante do direito à inclusão social. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como *Estatuto da Pessoa com Deficiência*, estabelece, em seu artigo 63, que é obrigação do Estado, da sociedade e da família garantir à pessoa com deficiência o acesso à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (Brasil, 2015).

A referida lei define acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias (Brasil, 2015).

Na área da comunicação e da informação, a acessibilidade implica a adoção de estratégias que permitam à pessoa com deficiência sensorial, intelectual ou motora interagir com os conteúdos culturais de forma plena. Conforme afirma Sassaki (2009), acessibilidade

não se restringe à eliminação de barreiras físicas, mas inclui também a supressão de barreiras comunicacionais, atitudinais e informacionais, especialmente no âmbito da educação e do lazer. O autor destaca que “acessibilidade é uma condição para que as pessoas com deficiência possam usufruir dos bens e serviços disponíveis à coletividade” (Sassaki, 2009, p. 10).

Instrumentos normativos anteriores já apontavam para essa necessidade. A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, instituem medidas voltadas à integração social das pessoas com deficiência, reforçando o papel do poder público na garantia de acessibilidade em ambientes culturais e educacionais (Brasil, 1989; Brasil, 1999). O Decreto nº 3.298 consolida as normas de proteção e prevê a implementação de políticas que assegurem o acesso à informação em formatos acessíveis, como o braille, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a audiodescrição e outros recursos de tecnologia assistiva.

Complementarmente, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Esta legislação introduz critérios técnicos voltados à eliminação de barreiras na comunicação, incluindo a exigência de adaptações em exposições culturais, museus, bibliotecas e demais espaços de memória (Brasil, 2000). O objetivo é garantir que a informação esteja disponível em formatos que possam ser compreendidos e utilizados por todos, contribuindo para a democratização do conhecimento.

Nesse sentido, a acessibilidade da informação deve ser compreendida enquanto um pressuposto da educação patrimonial inclusiva. Ao possibilitar que diferentes públicos, com distintas capacidades sensoriais, cognitivas e físicas, acessem os significados simbólicos e históricos dos bens culturais, amplia-se a capacidade de fruição cultural e o reconhecimento da diversidade como valor coletivo. A promoção de acessibilidade em exposições itinerantes, por exemplo, exige um planejamento que considere, desde a linguagem utilizada nos materiais expositivos, até o uso de recursos tecnológicos e suportes táteis, sonoros e visuais que permitam uma experiência sensorial inclusiva.

Dessa forma, ao integrar os princípios da acessibilidade da informação nas ações de educação patrimonial, especialmente em iniciativas como a exposição itinerante *Patrimônios de Pernambuco*, fortalece-se o compromisso institucional com a justiça social e com a cidadania cultural, assegurando que todos os indivíduos tenham acesso equitativo à memória, à identidade e à história.

4 Educação Patrimonial e Acessibilidade

A educação patrimonial é um campo em constantes transformações, principalmente nas últimas décadas, apresentando modificações significativas na sua compreensão. Em linhas gerais, de ação de transmissão de informações, foi se consolidando como construção coletiva de conhecimento, apropriação, autoconhecimento e valorização dos elementos identitários próprios.

Assim, hoje podemos tomar a educação patrimonial como

todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (Iphan, 2014, p. 19).

Dessa maneira, a educação patrimonial caminha para a difusão do que já é reconhecido como Patrimônio Cultural pelo Estado, mas não de forma impositiva (ou, pelo menos não deve ser), mas para a construção de uma atitude de respeito frente ao patrimônio de cada grupo e provocando a reflexão crítica sobre os significados de cada bem cultural, para além dos que basearam a sua seleção no passado.

Por outro lado, caminha como prática mediadora para a identificação e valorização das referências culturais que ainda não são reconhecidas, seja para conduzir processos de Tombamento ou Registro, o que também é missão da educação patrimonial, e, mais importante ainda, para estimular o desenvolvimento de ações locais que prezem pela proteção desses bens culturais que constituem as diferentes identidades de grupos sociais diversos, sempre enfocando o protagonismo social, adotando a postura que sugere a Constituição Federal, em seu Artigo 216.

É nesse mote que a educação patrimonial tem buscado firmar suas bases na Fundarpe, inclusive através do Projeto Patrimônios de Pernambuco, adotando também uma perspectiva mais acolhedora no que tange à acessibilidade aos conteúdos, um diferencial proporcionado pela Exposição Patrimônios de Pernambuco.

Para garantir a efetiva democratização do acesso à cultura e ao patrimônio, a educação patrimonial é peça chave e não deve andar dissociada de recursos de acessibilidade. Quantos grupos de PcD. deixam de participar de eventos e ações culturais de relevância por conta da indisponibilidade de recursos de acessibilidade? Essa questão foi base para a inserção dos

elementos de acessibilidade na Exposição Patrimônios de Pernambuco e deve orientar quaisquer outras ações educativas, garantindo o pleno acesso e a participação de todos os grupos na preservação do Patrimônio Cultural.

4.1 A Fundarpe e a Educação Patrimonial no Estado de Pernambuco

A Fundarpe é o órgão executor da Política Cultural do Estado de Pernambuco. Promove práticas memoriais para os fazedores de cultura do Estado e para a sociedade em geral. A Fundação “tem por finalidade desenvolver e executar a política cultural do Estado, visando ao fortalecimento da cidadania da sua população e a preservação do seu patrimônio cultural” (Carvalho; Vieira, 2003, p. 127).

Desde então a Fundação

começou a materializar várias ações, não somente aquelas voltadas à elaboração dos projetos arquitetônicos, mas acima de tudo as relacionadas com o trazer para as propostas de intervenções em edificações de propriedade da Cúria o apoio e aprovação relacionados com as intervenções propostas (Menezes, 2008, p. 34).

Criada para proteger o patrimônio histórico e artístico de Pernambuco, a Fundarpe expandiu as suas funções ao longo de 50 anos, completados no ano de 2023, tornando-se um importante executor da política cultural do estado. Sua missão vai além da preservação de monumentos e inclui a promoção e apoio às diversas identidades culturais de Pernambuco, com foco na inclusão social e no acesso universal.

Desde 1973, a Fundação se destacou como uma testemunha ativa da cultura pernambucana, enfrentando desafios e consolidando políticas públicas que valorizam as histórias e memórias coletivas do estado⁶.

Ao longo dos seus cinquenta anos, a Fundarpe tem sido uma das mais importantes instituições que atuam na preservação do patrimônio cultural no Brasil. Essa importância se dá por meio do trabalho em muitas frentes, com destaque para a preservação e proteção dos bens culturais de Pernambuco, usando sempre da pesquisa, da identificação e dos instrumentos legais para garantir a defesa e o legado da memória (Cultura.PE, 2023, on-line).

Ao mapear os serviços oferecidos pela Fundarpe é possível classificá-los em três categorias específicas, a saber: 1) Reconhecimento e identificação do Patrimônio Cultural

⁶ Destaque à relação direta com a sociedade civil, por meio do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (CEPPC), que, em 2014, substituiu o antigo Conselho Estadual de Cultura, ambos responsáveis por deliberar o Tombamento dos Bens Culturais Materiais. A partir de 2018, o colegiado também ficou responsável por analisar os processos de Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco. Outra responsabilidade do CEPPC é a escolha dos dez novos Patrimônios Vivos de Pernambuco (Cultura.PE, 2023, on-line).

Pernambucano; 2) Educação Patrimonial e 3) Acervo e Memória. Em relação à educação patrimonial percebe-se cinco serviços distintos: 1) Assessoria Técnica e Mediação nos processos de Registro e Tombamento de Bens Culturais; 2) Solicitação de formação técnica para profissionais de instituições culturais; 3) Solicitação de oficinas e formações para diferentes públicos; 4) Solicitação de material educativo e publicações e 5) Exposições e projetos educativos itinerantes. Sobre este último serviço mencionado, há, dentre outros, o Projeto Patrimônios de Pernambuco, objeto do presente artigo, e que atualmente se configura enquanto uma das principais ações de educação patrimonial em curso no estado de Pernambuco.

Embora que as ações de educação patrimonial promovidas pela Fundarpe tenham ganhado mais força nas últimas décadas, elas se fazem presentes na atuação do órgão desde seus primórdios, a exemplo de algumas atividades promovidas pela Fundação, de valorização e conscientização de bens tombados, durante a execução do projeto de agenciamento da Praça Marechal Deodoro, em Igarassu, e o restauro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Velha, na década de 1980.

Já na década de 2010, inventários de bens culturais, desenvolvimento de jogos didáticos, como o Jogo do Patrimônio e o Jogo do Patrimônio Vivo e a criação de Seminário Estadual de Educação Patrimonial, realizado anualmente durante a Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco em agosto, permitiram a consolidação da educação patrimonial na Fundarpe.

A partir de 2021, com a criação de novas frentes de atuação, ampliação de equipe e o maior aproveitamento da educação patrimonial nos processos de Registro e Tombamento de bens culturais, alcançou-se um patamar nunca antes visto. Além das ações que já vinham sendo desenvolvidas, em 2023 a Fundarpe criou o Projeto Patrimônios de Pernambuco (objeto deste artigo) e o Projeto (A) Gente Preserva, submetido e contemplado pelo Edital 6/2023 para projetos de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com a terceira melhor colocação no Brasil, destinado à identificação de referências culturais junto a estudantes e professores da Rede Estadual de Ensino, em comunidades indígenas e quilombolas.

Por fim, e não menos importante, toda essa trajetória foi coroada com a promulgação do Decreto Estadual nº 58.328, de 26 de março de 2025, que instituiu o Programa de Educação Patrimonial do Estado de Pernambuco, o qual teve seu texto-base desenvolvido pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundarpe, coordenado pelo seu Núcleo de Educação Patrimonial, considerando-se as contribuições e anuências do Conselho

Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural e da Secretaria de Educação de Pernambuco, tendo como consequência a criação da Gerência de Educação Patrimonial e Articulação da Fundarpe, em 2025.

Nesse contexto, o Projeto Patrimônios de Pernambuco desempenhou e tem desempenhado um papel de grande importância, ao ampliar o alcance das ações da Fundação com a interiorização, democratização do conhecimento, escuta ativa da sociedade e a busca pela articulação de novos caminhos que garantam a proteção de bens culturais, reconhecidos oficialmente ou não.

Em sua proposta de alcançar todos os públicos, o Projeto passou a considerar como imprescindível, para além das obrigações previstas na legislação, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência, oferecendo os recursos necessários para o pleno acesso ao seu conteúdo. Assim, a Exposição que integra o Projeto foi reformulada a partir de sua versão original, assegurando o direito de acesso irrestrito, o que representa uma inovação frente aos produtos anteriormente gerados pela Fundação. Até então, grande parte do conteúdo e das ações promovidas pelo órgão carecia de recursos de acessibilidade. Nesse sentido, o Projeto configura-se também como um verdadeiro divisor de águas.

4.2 Acessibilidade na Exposição Itinerante Patrimônios de Pernambuco

No contexto dos espaços culturais e museológicos, a acessibilidade também se relaciona diretamente com os princípios do desenho universal, que orientam a concepção de ambientes, serviços e produtos de modo que possam ser utilizados pelo maior número possível de pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas. O conceito de desenho universal propõe que produtos e ambientes sejam concebidos desde sua origem para atender à diversidade humana, ampliando a autonomia e a participação social (Cambiaghi, 2007).

Nesse sentido, Cohen, Duarte e Brasileiro (2012) destacam que a promoção da acessibilidade em museus e exposições deve ser pensada de forma integrada, contemplando não apenas a eliminação de barreiras arquitetônicas, mas também a adoção de recursos comunicacionais, tecnológicos e educativos que ampliem as possibilidades de interação e compreensão dos conteúdos expositivos por públicos diversos. Tais diretrizes reforçam a necessidade de planejamento inclusivo desde a concepção das exposições, garantindo que os diferentes visitantes possam acessar, interpretar e fruir das informações culturais apresentadas.

A exposição integra o projeto de educação patrimonial iniciado em 2023, no município de Garanhuns, e que passou por outras cidades⁷. Contudo, na edição de 2025 inclui os recursos de acessibilidade de maneira inédita. Conforme relatório geral bianual (2023 - 2024), a ação atingiu um público de mais de 7.000 pessoas, entre julho de 2023 e novembro de 2024, alcançando 11 municípios em 10 das 12 Regiões de Desenvolvimento do Estado⁸.

Em abril de 2025 foi iniciada a nova temporada do Projeto. A abertura da Exposição ocorreu no município de Jaqueira⁹, onde foi instalada na antiga Estação Ferroviária da cidade, com um grande público presente. Após as cinco primeiras paradas de 2025, já ultrapassou o número de 3.000 visitantes, conforme aponta o livro de registro de visitantes que acompanha a Exposição.

O alcance planejado para 2025 engloba onze municípios e dez Regiões de Desenvolvimento: Jaqueira (Mata Sul), Nazaré da Mata (Mata Norte), Arcoverde (Sertão do Moxotó), São João (Agreste Meridional), São José do Belmonte (Sertão Central), Santa Maria da Boa Vista (Sertão do São Francisco), Petrolândia (Sertão de Itaparica), Belo Jardim (Agreste Central), São José do Egito (Sertão do Pajeú), Jaboatão dos Guararapes e Olinda (Região Metropolitana).

A ação, que é composta por uma exposição e atividades formativas, faz parte do conjunto de iniciativas que consolidam o Decreto [nº 58.328 de 27 de março de 2025] do Governo do Estado que instituiu o Programa de Educação Patrimonial da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), por meio da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (Cultura.PE, 2025, on-line).

A criação do Programa Estadual de Educação Patrimonial tem como fundamento as recomendações previstas na Resolução CEPC-PE nº 01, de 9 de maio de 2018, que aprova o Plano Estadual de Cultura e prevê, entre suas diretrizes, a instituição desse programa (Cultura.PE, 2025, on-line).

A exposição é composta por painéis que reúnem textos, imagens e vídeos relacionados às diferentes categorias do Patrimônio Cultural de Pernambuco: Material, Imaterial, Vivo e Ferroviário. A interatividade com o público é promovida por meio de diversos recursos, como os quebra-cabeças do Patrimônio Cultural, o Vocabulário da Preservação, QR Codes que

⁷ Iniciado durante o 31º Festival de Inverno de Garanhuns (Agreste Meridional), em 2023, o Projeto seguiu no mesmo ano para os municípios de Brejo da Madre de Deus (Agreste Central), Paudalho (Mata Norte), Floresta (Sertão de Itaparica) e Vicência (Mata Norte). Iniciou 2024 em Palmares (Mata Sul), juntando-se à Exposição Fundarpe 50 anos em seguida e incorporando a ação formativa, passando neste formato pelos municípios de Salgueiro (Sertão Central), Bodocó (Sertão do Araripe), Triunfo (Sertão do Pajeú), Camaragibe (Região Metropolitana) e Limoeiro (Agreste Setentrional).

⁸ Agradecimentos especiais à equipe de Educação Patrimonial da DPPC/Fundarpe pelas informações disponibilizadas.

⁹ Veja no link: Abertura da Exposição Itinerante Patrimônios de Pernambuco no município de Jaqueira.

direcionam os visitantes a conteúdos complementares e o Painel Interativo, no qual é possível compartilhar impressões e referências culturais próprias.

Os eventos de abertura da exposição contam com a participação de fazedores de cultura das regiões contempladas, fomentando a troca entre estes e os visitantes da exposição. Tais eventos são realizados no período noturno, possibilitando que estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e outros do ensino regular neste turno sejam oportunizados pelo acesso ao conteúdo da exposição fora de seu horário de trabalho.

A mostra incorpora recursos de acessibilidade, incluindo tradução em Libras, transcrição em braille (Figuras 1 e 2), audiodescrição dos conteúdos e legendas nos vídeos, recursos que corroboram com as determinações do Decreto nº 3.298 e com a Lei nº 10.098 (Brasil, 1999; Brasil, 2000). A equipe da Fundarpe forma mediadores em cada município para receber os visitantes, os quais são capacitados também a conduzir visitantes com deficiência a acessarem os conteúdos da exposição e a articularem a visita de grupos de (PcD) à exposição.

Figura 1 – QR Codes e adesivos com transcrição em braille



Fonte: Elaboração própria, 2025.

A audiodescrição dos cinco painéis que compõem a exposição, realizada em parceria com a TV Pernambuco, está disponível on-line no *YouTube*¹⁰. A exposição é estruturada em cinco painéis principais. O primeiro, de abertura, apresenta informações gerais sobre a mostra e sobre a atuação da Fundarpe. O segundo painel aborda o Patrimônio Cultural Material, destacando os bens protegidos no estado e os instrumentos de preservação adotados.

¹⁰ Os links de acesso aos vídeos encontram-se disponíveis na última seção deste artigo, intitulada: Apêndice A – Referências dos vídeos de audiodescrição disponíveis no YouTube.

Figura 2 – Tradução em Libras no painel de abertura



Fonte: Elaboração própria, 2025.

O terceiro painel é dedicado ao Patrimônio Cultural Imaterial e à Política de Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco, enfatizando sua relevância para a salvaguarda das expressões culturais imateriais (Figura 3).

Figura 3 – Painel sobre a Fundarpe e suas ações de Difusão e Promoção do Patrimônio



Fonte: Elaboração própria, 2025.

O quarto painel apresenta o Patrimônio Ferroviário do estado, com destaque para a distribuição geográfica da malha ferroviária e seus elementos constitutivos. O quinto e último painel contém um mapa que localiza os bens culturais protegidos em todo o território

pernambucano, abrangendo as 12 Regiões de Desenvolvimento e seus respectivos municípios.

No verso deste painel, os visitantes são convidados a compartilhar suas próprias referências culturais, reafirmando o objetivo da exposição de não apenas divulgar os bens oficialmente reconhecidos como Patrimônio Cultural, mas também de fomentar o reconhecimento e a valorização dos patrimônios locais por parte do público.

Complementando a Exposição, o Vocabulário da Preservação consiste em placas dispostas na parte superior entre os painéis, com definições e explicações sobre termos e conceitos centrais do campo do Patrimônio Cultural, como preservação, salvaguarda e educação patrimonial. A interatividade é ainda ampliada com os quebra-cabeças temáticos sobre o Patrimônio Cultural, divididos nas categorias Material, Imaterial, Ferroviário e Patrimônio Vivo (Figura 4).

Figura 4 – Quebra-cabeças temáticos e vocabulário



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Cada quebra-cabeça apresenta peças ilustrativas dos bens e dos detentores de saberes tradicionais, acompanhadas de informações sobre suas trajetórias e relevância cultural.

A ênfase na interatividade, com dispositivos como os quebra-cabeças, o vocabulário temático, os QR-Codes e o painel de compartilhamento de experiências e referências culturais (Figura 5), estimula o engajamento ativo dos visitantes, reforçando o caráter educativo e dialógico da mostra. Embora não tenham sido utilizados instrumentos de aferição dos níveis de engajamento, durante a observação direta da experiência, ao longo do funcionamento da exposição, percebeu-se uma maior concentração dos visitantes junto aos mencionados dispositivos. Tal movimentação também se refletiu na considerável quantidade de referências

e impressões compartilhadas no painel interativo, em cada lugar onde a exposição ficou aberta ao público.

Figura 5 – Painel interativo



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Ao incorporar múltiplos recursos de mediação e acessibilidade, a exposição exemplifica práticas que podem inspirar outras iniciativas culturais e museológicas, reafirmando o papel do patrimônio como instrumento de inclusão social e valorização das múltiplas vozes que compõem a história e a cultura do Brasil.

Ao articular diferentes linguagens e suportes expositivos, essa mediação atua como ponte simbólica entre os bens culturais e seus públicos, promovendo experiência interpretativa sensível e acessível. Conforme indica Salcedo (2016, p. 6), ‘mediação cultural: além dos procedimentos’, na qual enfatiza-se uma atuação interdisciplinar que torna possível a fruição cultural diversificada (Salcedo, 2016).

Ao longo da visitação, o instrumento de contabilização de visitantes disponível foi o livro de registro de presença que, embora tenha possibilitado contabilizar o número, nome e origem dos visitantes em cada localidade, não trazia outros campos que permitissem o compartilhamento de informações da condição do participante, de sua experiência, e de sua avaliação dos recursos expositivos e de acessibilidade empregados na mostra. Ainda assim, os registros indicam que, desde o início do projeto, em 2023, o quantitativo de visitantes superou a marca de 12.000 pessoas, evidenciando o alcance e o interesse do público pela iniciativa.

Desta forma, ao observar a ausência de tal recurso que permita uma avaliação mais pormenorizada e, assim, uma identificação da efetividade dos recursos adotados e aqui apresentados na exposição, foi proposta a adoção de outras medidas e a utilização de

ferramentas como formulários eletrônicos para quantificar e qualificar as experiências de visitação e então, a partir de tais dados, proceder com o aprimoramento dos recursos expositivos e conteúdo, de forma a garantir a plena acessibilidade e a melhor possibilidade de fruição aos visitantes.

5 Considerações finais

A exposição constitui uma experiência significativa na democratização do acesso à informação e à cultura. Ao reunir diferentes expressões do patrimônio cultural material, imaterial, vivo e ferroviário, por meio de textos, imagens e vídeos, a mostra estabelece um diálogo direto com o público, valorizando a diversidade cultural do estado.

Essa abordagem plural contribui para o fortalecimento da identidade local e para a ampliação do reconhecimento dos patrimônios culturais como elementos vivos e em constante transformação, buscando estimular o protagonismo social no que tange à proteção do patrimônio cultural.

No que se refere à acessibilidade, a exposição se destaca por adotar uma perspectiva inclusiva, que busca contemplar diferentes públicos. A presença de recursos como Libras, transcrição em braille, audiodescrição e legendas nos vídeos assegura que pessoas com deficiência possam usufruir da experiência cultural proposta. Tais estratégias revelam o compromisso da exposição com o direito à fruição cultural de forma equitativa, rompendo barreiras comunicacionais historicamente impostas a certos grupos sociais e promovendo uma participação mais ampla e diversa.

Alguns desafios se apresentam, ainda, à garantia de acessibilidade do conteúdo, como a adequação da mostra aos espaços oferecidos pelos municípios para sua instalação, de modo que haja acessibilidade física, além de recursos que possibilitem o acesso irrestrito aos quebra-cabeças e demais recursos interativos. Tais dificuldades têm sido atacadas por meio do planejamento cuidadoso da equipe e da ação atenciosa dos mediadores que recebem o público.

Os resultados apresentados neste artigo reforçam a importância de incorporar estratégias acessíveis à informação como parte integrante das ações de educação patrimonial, contribuindo para ampliar o acesso à memória coletiva e ao patrimônio cultural. Nesse sentido, as reflexões aqui desenvolvidas também se conectam às discussões mais amplas da pesquisa doutoral em andamento, que investiga os fluxos informacionais e as práticas gerenciais no contexto da preservação do patrimônio cultural em Pernambuco. A análise da

exposição oferece subsídios relevantes para compreender como iniciativas culturais podem ser estruturadas de forma mais inclusiva, fortalecendo os processos de mediação, comunicação e gestão da informação no âmbito das políticas públicas de cultura.

Por fim, ressalta-se, mais uma vez, a importância do projeto para promover o acesso à cultura e à valorização dos bens culturais de cada localidade, de forma inclusiva e democrática, garantindo que todos os públicos tenham a oportunidade de conhecer e contribuir com a preservação do patrimônio cultural.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 20 maio. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1989. 6 p. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/17853.htm> Acesso em: 20 maio. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. 19 p. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm Acesso em: 20 maio. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. 5 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L10098.htm> Acesso em: 20 maio. 2025.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Senac, 2007.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (org.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do observatório da realidade organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003.

COHEN, R.; DUARTE, C.; BRASILEIRO, A. **Acessibilidade em museus**. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. Cadernos Museológicos. Vol.2.

CULTURA.PE. **Fundarpe celebra 50 anos de preservação e fomento ao patrimônio cultural de Pernambuco.** Cultura.PE, 2023. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/canal/fig2023/fundarpe-celebra-50-anos-de-preservacao-e-fomento-ao-patrimonio-cultural-de-pernambuco/>. Acesso em: 21 maio 2025.

CULTURA.PE. **Projeto itinerante Patrimônios de Pernambuco inicia no município de Jaqueira.** Cultura.PE, 2025. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/canal/fundarpe/projeto-itinerante-patrimonios-de-pernambuco-inicia-no-municipio-de-jaqueira/>. Acesso em: 08 maio 2025.

FUNDARPE. **Cartilha Patrimônios de Pernambuco:** materiais e imateriais. 5. ed. rev. e ampl. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1FptzrTwlR26it3-iauCp-zJLyWtqkbs4/view>. Acesso em: 13 ago. 2025.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica.** 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.

IPHAN. **Educação patrimonial:** histórico, conceitos e processo. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

LÓSSIO, Rubens Gondim. **Fundarpe:** subsídios para a memória de um decênio. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1987.

MENEZES, José Luiz M. **Ainda chegaremos lá:** História da Fundarpe. Recife: Fundarpe, 2008.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris: Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/pt/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PERNAMBUCO. **Trajetória da Educação Patrimonial.** Portal Cultura PE. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/educacao-patrimonial/trajetoria/>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SALCEDO, Diego Andres (org.). **Mediação cultural.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. 252 p. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2024/08/EBOOK_Mediacao-cultural.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SASSAKI. Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?14732033119. Acesso em: 20 maio. 2025.

Apêndice A – Referências dos vídeos de audiodescrição disponíveis no YouTube

AUDIODESCRIÇÃO da exposição itinerante Patrimônios de Pernambuco: Painel 1, Lado 1. Audiodescrição: Kézia de Lira Feitosa. Produção: Fundarpe. Coordenação do projeto: André Cardoso, Fernando Montenegro, Flávio Barbosa da Silva e Rivaldo Casado. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2025. 1 vídeo (10 min 37 seg). Publicado pelo canal Secult PE no dia 29 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Imo1WS5SKQ4>. Acesso em: 03 mar. 2026.

AUDIODESCRIÇÃO da exposição itinerante Patrimônios de Pernambuco: Painel 1, Lado 2. Audiodescrição: Kézia de Lira Feitosa. Produção: Fundarpe. Coordenação do projeto: André Cardoso, Fernando Montenegro, Flávio Barbosa da Silva e Rivaldo Casado. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2025. 1 vídeo (41 seg). Publicado pelo canal Secult PE no dia 29 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wY58mz2EA48>. Acesso em: 03 mar. 2026.

AUDIODESCRIÇÃO da exposição itinerante Patrimônios de Pernambuco: Painel 2, Lado 1. Audiodescrição: Kézia de Lira Feitosa. Produção: Fundarpe. Coordenação do projeto: André Cardoso, Fernando Montenegro, Flávio Barbosa da Silva e Rivaldo Casado. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2025. 1 vídeo (04 min 15 seg). Publicado pelo canal Secult PE no dia 29 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J99r7vo88Sc>. Acesso em: 03 mar. 2026.

AUDIODESCRIÇÃO da exposição itinerante Patrimônios de Pernambuco: Painel 2, Lado 2. Audiodescrição: Kézia de Lira Feitosa. Produção: Fundarpe. Coordenação do projeto: André Cardoso, Fernando Montenegro, Flávio Barbosa da Silva e Rivaldo Casado. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2025. 1 vídeo (55 seg). Publicado pelo canal Secult PE no dia 29 de abril de 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q_dIqvtFJmE. Acesso em: 03 mar. 2026.

AUDIODESCRIÇÃO da exposição itinerante Patrimônios de Pernambuco: Painel 3, Lado 1. Audiodescrição: Kézia de Lira Feitosa. Produção: Fundarpe. Coordenação do projeto: André Cardoso, Fernando Montenegro, Flávio Barbosa da Silva e Rivaldo Casado. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2025. 1 vídeo (03 min 20 seg). Publicado pelo canal Secult PE no dia 29 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IGIOTcDPrX0>. Acesso em: 03 mar. 2026.

AUDIODESCRIÇÃO da exposição itinerante Patrimônios de Pernambuco: Painel 3, Lado 2. Audiodescrição: Kézia de Lira Feitosa. Produção: Fundarpe. Coordenação do projeto: André Cardoso, Fernando Montenegro, Flávio Barbosa da Silva e Rivaldo Casado. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2025. 1 vídeo (04 min 24 seg). Publicado pelo canal Secult PE no dia 29 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UHGAPNPaxUE>. Acesso em: 03 mar. 2026.

AUDIODESCRIÇÃO da exposição itinerante Patrimônios de Pernambuco: Painel 4, Lado 1. Audiodescrição: Kézia de Lira Feitosa. Produção: Fundarpe. Coordenação do projeto: André Cardoso, Fernando Montenegro, Flávio Barbosa da Silva e Rivaldo Casado. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2025. 1 vídeo (04 min 16 seg). Publicado pelo canal Secult PE no dia 29 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MCXse8IykKY>. Acesso em: 03 mar. 2026.

AUDIODESCRIÇÃO da exposição itinerante Patrimônios de Pernambuco: Paineis 4, Lado 2. Audiodescrição: Kézia de Lira Feitosa. Produção: Fundarpe. Coordenação do projeto: André Cardoso, Fernando Montenegro, Flávio Barbosa da Silva e Rivaldo Casado. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2025. 1 vídeo (02 min 44 seg). Publicado pelo canal Secult PE no dia 29 de abril de 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Bqr_FnzjGQE. Acesso em: 03 mar. 2026.

AUDIODESCRIÇÃO da exposição itinerante Patrimônios de Pernambuco: Paineis 5, Lado 1. Audiodescrição: Kézia de Lira Feitosa. Produção: Fundarpe. Coordenação do projeto: André Cardoso, Fernando Montenegro, Flávio Barbosa da Silva e Rivaldo Casado. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2025. 1 vídeo (02 min 16 seg). Publicado pelo canal Secult PE no dia 29 de abril de 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=t_955oSR-Pc. Acesso em: 03 mar. 2026.

AUDIODESCRIÇÃO da exposição itinerante Patrimônios de Pernambuco: Paineis 5, Lado 2. Audiodescrição: Kézia de Lira Feitosa. Produção: Fundarpe. Coordenação do projeto: André Cardoso, Fernando Montenegro, Flávio Barbosa da Silva e Rivaldo Casado. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2025. 1 vídeo (01 min 39 seg). Publicado pelo canal Secult PE no dia 29 de abril de 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7Ekg2_CErjY. Acesso em: 03 mar. 2026.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: K. L. Feitosa; D. A. Salcedo; A. S. Silva Júnior

Coleta de dados: K. L. Feitosa; A. L. R. Cardoso

Análise de dados: K. L. Feitosa; A. L. R. Cardoso

Discussão dos resultados: K. L. Feitosa; A. L. R. Cardoso

Revisão e aprovação: D. A. Salcedo; A. S. Silva Júnior

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Os autores.

EDITOR RESPONSÁVEL

Patrícia Nascimento Silva (<https://orcid.org/0000-0002-2405-8536>).

EQUIPE DE APOIO

Danielle Teixeira de Oliveira (<https://orcid.org/0000-0002-1958-9113>).

Daiane Campos Procópio (<https://orcid.org/0000-0002-9006-191X>).

HISTÓRICO

Recebido em: 06-11-2025 – Aprovado em: 07-05-2026 – Publicado em: 04-06-2026.